

O MITO da
DEMOCRACIA²
DISCRIMINAÇÃO:
o mercado
de trabalho
em foco



Raimunda
Silva
d'Alencar*

Há pouco mais de cinquenta anos (completados em 10 de dezembro de 1998), o mundo festejava a Declaração dos Direitos Humanos como *a vitória da liberdade contra a opressão, da paz contra a violência, da fraternidade contra os preconceitos*. Embora não se tenha dúvidas do seu significado como instrumento de luta pela justiça nos mais diferentes espaços, há muito ainda por fazer. De lá para cá, e ape-

*Professora Assistente do DFCH,
Pesquisadora do KAWÉ, UESC, 2000.

sar dos avanços e das conquistas, ainda podemos ver o desrespeito à dignidade humana e à liberdade individual: os pobres no mundo atingem cifras de milhões de miseráveis; as crianças abandonadas e carentes alcançam níveis cada vez mais escandalosos, em vários lugares; as condições de vida e de trabalho das grandes massas retratam a violência e a injustiça da ordem econômica mundial. E como falar em direitos humanos e democracia frente a modelos e políticas econômicas que excluem, marginalizam, discriminam, separam?

As grandes mudanças estruturais da sociedade que estamos acompanhando, em níveis globais, não eliminaram as práticas discriminatórias, disfarçadas ou aparentes, ou as representações estereotipadas em torno de um significativo contingente de pessoas. Essas mudanças têm ocorrido com custos sociais que levam a pensar que contêm faces devastadoras: persistem a pobreza, agora mais acirrada, a ignorância, a fome, as doenças, o desemprego e os preconceitos. Isto é também uma forma de *apartheid*, de negação da condição humana que, se bem entendido, é muito mais que uma forma de dominação; significa, essencialmente, separação, discriminação e exclusão, o que é grave.

O potencial de transformações, de criatividade e de novas possibilidades, acumulado pelo padrão tecnológico que invade o nosso dia-a-dia é cada vez mais impressionante, porque amplia nossos sonhos e desafios. Um desses desafios é, seguramente, a supressão dos precon-

ceitos sociais que insistimos em manter, e o desrespeito com que tratamos o outro, principalmente quando esse outro é pobre e negro.

Esse desrespeito, visível em variadas circunstâncias, pode ser observado, por exemplo, nos números apresentados pelo Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária do Ministério da Justiça que, após realização de censo penitenciário, divulgou que dos 126 mil presos, 89% não tinham trabalho fixo ou atividade produtiva antes da condenação, 76% eram analfabetos ou semi-alfabetizados, 95% eram absolutamente pobres, 98% não



podiam contratar um advogado, 68% eram menores de 25 anos e 2/3 deles eram negros ou mulatos)². O que é importante reter é a evidência de que existe, por parte da sociedade, uma tendência de associar, para discriminar, violência, cor e pobreza, e por parte da esfera jurídica um desconhecimento dessa discriminação, ainda tratada como algo irrelevante. Junte-se a esses dados o fato de que, pelas autoridades policiais, o negro não é cidadão capaz, não necessitando de um serviço de atendimento judiciário efetivo; nesse caso, a defesa dos seus direitos se torna precária. Na verdade, ainda vigora entre a população, de um modo geral, a consciência da impunidade e da ausência de direitos, para alguns.

Assim, elementos como o recrudescimento da pobreza e a crise financeira que afeta a atividade econômica, especialmente em algumas regiões, têm levado ao recrudescimento, também, das ações discriminatórias. Campanha pela expulsão dos nordestinos residentes em São Paulo foi veiculada em agosto do último ano via internet, dando conta da exacerbada discriminação e preconceito ainda existente em nosso meio: (...) *Os nordestinos estão destruindo nossa cidade e nosso Estado. Uma das nossas propostas iniciais é reunir pelo menos 50 pessoas em um final de semana, no terminal rodoviário do Itaipé, e realizar uma espécie de triagem nas plataformas de desembarque dos ônibus que chegam daquela maldita terra, abordando aqueles seres inferiores com questões do tipo vai ficar quanto tempo?, tem onde morar?, já tem emprego? Não? Então suma daqui!!!*



O contínuo desrespeito aos direitos humanos, bem como uma ideologia branqueadora continuam dando o tom das ações discriminatórias, com aparência *naturalizada*, nas situações de desvantagem em que são colocados os negros, quando as questões são: a) os postos e as posições ocupacionais no mercado de trabalho, quando lhes são reservadas as atividades que não exigem maiores especializações/capacitações, a exemplo da proporção de empregado doméstico negro em relação ao branco, visivelmente superior; b) as oportunidades para elevar os níveis de escolaridade, mantendo-se os maiores índices de analfabetismo e de fracasso escolar exatamente entre negros, ou menores índices de presença de negros nos cursos universitários, mesmo onde a população é predominantemente negra, como é o caso da Bahia; c) os índices de mortalidade infantil, re-

2. Jornal do Brasil, 8.8.1993

3. ESTERCI, N. *Escravidão da Desigualdade: um estudo sobre o uso repressivo da força de trabalho. Rio de Janeiro, CEDU/Koiwonia, 1994.*

conhecidamente mais altos entre crianças negras, cujas condições de sobrevivência continuam precárias; d) a privação do emprego estável, cujas poucas vagas hoje criadas exigem maior nível de qualificação, que os negros não têm a oportunidade de alcançar.

As estatísticas para esse *racismo* no mercado de trabalho brasileiro dão conta de que os níveis de desemprego são maiores entre negros, as mulheres negras continuam mais discriminadas, além do que o trabalhador negro tem um salário bem menor que um trabalhador branco, mesmo tendo nível universitário e jornada de trabalho superior. **A discriminação pela cor é um fato inconteste da nossa realidade, e tem muitos mecanismos de reprodução e dissimulação, nos mais diferentes espaços.** Passados mais de cem anos da abolição, os negros continuam mantendo posição de destaque entre aqueles que ganham pouco, têm menores chances de escolarização/instrução e menores oportunidades de ascensão social.

Embora venham emergindo práticas que divergem das idéias de dominação que duraram até bem pouco tempo, o trabalho escravo continua existindo na nossa realidade, embora com inúmeras denúncias inclusive na mídia internacional. E trabalho escravo ou trabalho forçado ou, ainda, *escravidão por dívida*, querem significar todas as formas repressivas com que se trata trabalhadores, sejam eles adultos ou crianças, homens ou mulheres, brancos, pardos ou negros. Escravidão é a condição de uma pessoa que se submete a ou-

tra, de modo que esta outra pode exercer sobre ela todos os direitos emanados do direito de propriedade. Além disso, tem o poder simbólico de reduzir pessoas a coisas, a objetos de troca, a mercadoria. O trabalho escravo caracteriza-se, então, pela sujeição física, psicológica e moral do trabalhador, com permanente ameaça à sua integridade e vida. Ressaltamos aqui a necessidade de mais estudos em algumas áreas do conhecimento que, ao imiscuir-se mais na questão do negro, reflitam sobre os efeitos que o *racismo* produz na autoestima das pessoas discriminadas.

A manutenção de trabalhadores nos locais de trabalho em situação de escravidão se dá por diferentes métodos, que incluem vigilância armada, inclusive nas moradias, omissão de informações sobre a localização geográfica e vias de acesso (considerando que são transportados, muitas vezes, em horários noturnos), não pagamento de salário, quase sempre trocado por alimen-



tação, bem como retenção de documentos do trabalhador.

Os exemplos dessa servidão, em pleno limiar do século XXI, são muitos e encontrados em diferentes estados e regiões brasileiros, tanto no Norte e Nordeste, *tradicionais* nesse tipo de crime, quanto no Sul e Sudeste. Há registros de que, só em 1993, foram identificados mais de 6.500 casos de trabalho escravo nessas duas últimas regiões, envolvendo homens, mulheres e crianças. Para estas últimas, o quadro é ainda mais delicado porque retrata uma situação que extrapola o presente e compromete o futuro dessas crianças, já sem muitas perspectivas.

Gilberto Gil, em música que fala da condição do negro no mercado de trabalho, diz: *mesmo depois de abolida a escravidão, negra é a mão de quem faz a limpeza, lavando a roupa encardida, esfregando o chão. Negra é a mão da pureza, negra é a vida consumida ao pé do fogão. Negra é a mão nos preparando a mesa, limpando as manchas do mundo com água e sabão. Negra é a mão da imaculada nobreza.*

